

A FAMÍLIA NARRADA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA: A FICÇÃO COMO SUPORTE DO DESEJO

Leda Verdiani Tfouni¹ e Juliana Moraes²

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto -USP

Fundamentando-se na perspectiva teórica fornecida pela psicanálise de orientação lacaniana, busca-se investigar a representação familiar em narrativas orais de ficção, produzidas por uma criança e um adolescente de rua. Parte-se do princípio de que o discurso narrativo configura-se como locus privilegiado para a instalação da subjetividade. No discurso narrativo de ficção, em especial, a verdade do sujeito irrompe à sua revelia; ele acaba falando de si, pois não logra escapar de seu assujeitamento à linguagem. O que parece caracterizar as narrativas é a emergência de um jogo entre o empírico e o idealizado, que se organiza da seguinte maneira: lado a lado com a representação de uma família desestruturada (figuras parentais ausentes, rearranjos familiares, pais negligentes), aparece a representação de uma família unida e feliz. A conclusão é que, através da ficção, eles organizaram sua simbolização particular sobre o que é uma família, guiados fundamentalmente pelo desejo.

Descritores: Subjetividade. Representação mental em crianças. Estrutura familiar. Meninos de rua.

1 Professora Associada do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-RP-USP; Pesquisadora do CNPq; Endereço eletrônico: lvtfouni@usp.br

2 Psicóloga, Mestre pelo programa de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Endereço eletrônico: jumoraes@hotmail.com

“Vou criar o que me aconteceu.
Só porque viver não é relatável.
Viver não é vivível.
Terei que criar sobre a vida.”
(Clarice Lispector)

O discurso narrativo é fundamental para o processo de aquisição da linguagem. A natureza da narrativa se define pela ordenação lingüística de eventos/ações relacionados, de alguma forma, temporalmente (Labov & Waletzky, 1967). Através da narração, a criança é capaz de organizar seu passado, (re)elaborando e (re)estruturando os fatos de sua experiência pessoal. A narrativa é, aqui, concebida como locus privilegiado para a instalação da subjetividade (Tfouni, 1995) e é tomada pela autora, a partir de um ponto de vista discursivo, enquanto “forma pela qual o sujeito organiza sua simbolização particular” (p. 74).

Toda narrativa caracteriza-se tanto por sua polissemia, visto que comporta uma multiplicidade de sentidos possíveis, o que faz com que a atividade interpretativa por parte do interlocutor seja bastante intensa, quanto por sua polifonia, pois apresenta uma série de vozes atuando simultaneamente, que são justamente as distintas posições que o sujeito pode ocupar (personagens, narrador, narratário etc). Tais atributos contribuem para a compreensão de que a narração é permeada por um fluxo contínuo de significações, bem como por uma inclusão do outro/Outro.

Perroni (1992) estabelece uma tipologia do discurso narrativo: os relatos, as narrativas de ficção e os casos. Relatos são narrativas que descrevem experiências pessoais efetivamente vividas pelo narrador; caracterizam-se por apresentar uma preocupação com a plausibilidade e com a fidedignidade em relação a algo realmente ocorrido; relacionam-se com eventos da experiência pessoal do narrador. Fundamentam-se, portanto, no compromisso com a verdade. A narrativa de ficção, na qual se situam os contos de fada, apresenta um enredo fixo (invariabilidade de conteúdo); personificação de seres não humanos; não participação do narrador no desenrolar da ação (narrador onisciente); existência de um fundo moral; prioridade do sério (do Bem e do

Mal); passagem de um estado de equilíbrio a outro e mudança no estado ordinário do dia a dia (estabelecimento do inédito). Desse modo, na narrativa de ficção não se tem o compromisso com o relato de fatos que realmente ocorreram, nem com a plausibilidade desses fatos, tanto que na ficção animais falam e objetos podem assumir características mágicas (tal como a varinha de condão que transforma uma abóbora em carruagem). Os casos são vistos como uma combinação entre as narrativas de ficção e as narrativas de experiência pessoal. Nos casos não há compromisso com a verdade, nem tampouco com o enredo fixo. Existe a possibilidade de se encontrar um narrador como personagem, bem como a criação de uma realidade fictícia.

Dentre os três tipos de discursos narrativos propostos pela autora, o de ficção é o que mais propicia um distanciamento do estado ordinário do dia a dia. A partir do momento em que nos valem dos operadores lingüísticos da ficção que inauguram o fantástico (tais como: “Era uma vez ...” ou “Faz de conta que ...”), somos impulsionados a nos desnudar enquanto sujeitos, ainda que não o saibamos, o que permite que falemos de nós de uma maneira disfarçada e descomprometida, pelo menos na aparência. A ficção permite que se diga de conteúdos atemorizantes e/ou interditados, quer em um nível ideológico, quer em um nível psíquico (Tfouni & Carreira, 1996).

Em virtude dessas características, optamos por analisar, neste estudo, exclusivamente, narrativas de ficção, já que, conforme afirmamos, a narrativa de ficção constitui-se como locus privilegiado para a instalação da subjetividade e propicia um distanciamento da realidade cotidiana (do “aqui-agora”), o que facilita o falar de si através da possibilidade do surgimento de algo novo.

Viver e narrar são verbos destinados a se encontrar ao longo do tempo. E, embora a Clarice Lispector (1995) da epígrafe nos advirta que a vida é inenarrável, passamos muito tempo de nossas vidas tentando narrá-la. E é justamente porque há um resíduo que sempre escapa às nossas narrativas, que continuamos tentando. É preciso narrar para significar, para tentarmos, em vão, recobrir aquilo que faltou da última vez.

Fundamentando-se na perspectiva teórica da psicanálise de orientação lacaniana, este artigo visa a investigar a representação familiar em narrativas orais de ficção produzidas por crianças e adolescentes de rua de ambos os sexos e pertencentes a uma faixa etária de 10 a 13 anos. Cumpre dizer que o objetivo, aqui, não é psicanalisar esses sujeitos, na medida mesmo em que isso é impossível, pois não estamos em uma situação clínica na qual se está com o sujeito em um divã. Apenas utilizamos o referencial teórico psicanalítico para tentar desvendar o desejo de sujeitos, entendidos como posições discursivas, no caso, crianças e adolescentes de rua. Na seção seguinte será feita uma breve explanação acerca do referencial em questão.

A Psicanálise de Orientação Lacaniana

Lacan (1998b) surge no cenário psicanalítico propondo um retorno a Freud. Inquieto, formulou uma pergunta preciosa: quais são as condições de possibilidade da psicanálise? Partiu da hipótese de que, se a palavra pode atuar sobre o sintoma, ou seja, se a cura analítica se dá pela via da palavra, é preciso supor que entre a palavra e o sintoma há uma base comum. Observando todo o trabalho de deciframento do inconsciente feito por Freud, Lacan concluiu que a psicanálise só era possível se, e somente se, o inconsciente estivesse estruturado como uma linguagem. É preciso esclarecer que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, mas ele não é a linguagem. O campo possível da experiência humana para a psicanálise, segundo Lacan, é a linguagem, sendo a postulação dessa idéia, portanto, uma necessidade epistemológica. O ensino lacaniano é o desenvolvimento desta tese em toda sua extensão. Freud nunca disse isso, mas Lacan crê que sua obra (de Freud) só encontra coerência a partir deste axioma.

É na teoria saussuriana, que se contrapõe ao movimento convencionalista da lingüística, que Lacan encontra alicerces para ampliar suas deduções. Saussure (1995) define o signo lingüístico como uma entidade psíquica de duas faces: um conceito e uma imagem acústica (marca psíquica do som),

ou ainda, significado e significante. Significado e significante estão intimamente ligados e o primeiro impera sobre o segundo.

Lacan inverte o algoritmo saussuriano e garante que há uma primazia do significante. Isto quer dizer que toda significação se dá *a posteriori*, ao longo da cadeia de significantes. Assim, sempre há a possibilidade de deslizamentos de significações, pois é o significante que governa o discurso. E é também o significante que governa o sujeito, como afirma Dor (1989), comentando Lacan: “O caráter primordial do significante se exerce não somente em relação ao significado, mas também em relação ao sujeito, que ele predetermina sem que este o saiba” (p. 46).

A partir da idéia freudiana de que o eu não é senhor na sua própria casa, e do conceito de automatismo mental (idéia de que há um outro que fala em mim) criado por Clérambault (seu único mestre em psiquiatria), Lacan chega ao conceito de Outro (A), o “grande outro” com maiúscula, depositário da linguagem, que se distingue do outro com letra minúscula, que é recíproco, simétrico do eu imaginário.

Ao nascermos, somos capturados pelos significantes, a linguagem nos conta, apesar de nós. O Outro nada mais é que o tesouro de significantes no qual estamos imersos, a exterioridade. Pode-se dizer que o Outro da linguagem já está sempre aí, e, desde o início de seu ensino, Lacan se esforçou em garantir essa anterioridade e preeminência do Outro sobre o sujeito. O Outro é a sede de tudo o que já foi dito, de todo o pensamento possível.

É útil que abordemos a noção do estágio de espelho (Lacan, 1998a) para elucidarmos a questão da relação mortífera que o sujeito estabelece com o Outro e com o outro (semelhante). O estágio de espelho refere-se à experiência inaugural da subjetividade. Tudo começa quando o bebê, diante do espelho, depara-se com sua própria imagem e é invadido por uma agradável sensação.

Lembremos que os neonatos possuem uma boa dose de falta de coordenação motora, havendo uma prematuridade do nascimento do homem. Um bebê requer cuidados específicos para sobreviver. Pois bem, o que ocor-

re no estágio de espelho é que a criança afasta-se do horror de um corpo esfacelado e caminha em direção à ilusão de sua unidade.

Esta noção de identidade que resulta dessa construção especular é, em si alienada, pois emerge a partir da con-fusão entre o eu e o Outro. Antes de falar, o sujeito é falado pelo Outro (especialmente através do discurso da mãe). O bebê está no campo da interpretação, existindo sempre em função de algo que lhe é alheio; o Outro é quem dá os sentidos.

Advém desta contradição a tese de que o eu é exclusivamente sintoma. O eu em Lacan é um engodo, é alienação plena. Todo o eu é conflito na sua essência, e o valor sintomático desta instância é presentificado na paixão humana de ignorar a sobredeterminação que nos constitui. Contrário a muitos psicanalistas, Lacan garante que é o eu que resiste à cura e não o inconsciente. O inconsciente, do lado da tendência a repetição, quer ser interpretado, enquanto o eu faz obstáculo à manifestação da verdade (Cesarotto, 1995).

Da alteridade constitutiva do ser humano decorre a noção lacaniana do desejo como desejo do Outro. Articulado nas formações do inconsciente (sonhos, lapsos, sintomas etc), o desejo é indestrutível e paradoxal. Insaciável, o desejo busca sua própria causa. O desejo do homem encontra seu sentido no desejo do Outro, porque o primeiro objeto de desejo do homem é ser reconhecido pelo Outro.

Qualquer satisfação possível do desejo humano terá que prestar contas ao sistema significante (ao Outro). A relação do sujeito com o Outro é um ponto crucial para a psicanálise, e é necessário esclarecer que há uma permissão do próprio sujeito no dito do Outro; nós roçamos nos ditos do Outro que nos alienam. Quem dá vida ao Outro, em última instância, é o próprio sujeito. O desejo cruza a linha significante e encontra o Outro. Quando se fala com alguém, há um Outro, e isso implica uma refração do desejo pelo significante. Como ser falante e faltante, o humano fala e se vê à mercê do bumerangue que o interrompe: Que queres (Che Vuoi)?

Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência infantil o vestígio notável dessa refração. Trata-se de um “ele me diz isso, mas o que é

que ele quer?”. Todos os “por quês” da criança implicam menos uma avidez de razão das coisas do que colocar o adulto em cheque. O que está em jogo é um “por que será que você me diz isso?”, que (re)suscita o enigma do desejo do adulto (Lacan, 1998c). Caberá a cada sujeito a árdua tarefa de decifrar o desejo pois, caso contrário, este o devora. Lacan é preciso: “Você próprio é traído, uma vez que seu desejo deitou-se com o significante” (1999, p. 155).

Quando se trata do sujeito lacaniano, não nos referimos a um indivíduo ou a uma pessoa, mas sim a um efeito de significante. “Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1998d, p. 833). O sujeito do inconsciente, portanto, emerge sempre entre os significantes, ao longo da cadeia de significantes. A cadeia de significantes é entendida por Lacan (1998a) através da seguinte metáfora: anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis. Impõe-se, desse modo, a noção de um deslizamento incessante dos significantes; a cadeia nunca se fecha.

Como o sujeito do inconsciente irrompe na cadeia de significantes - ele é efeito dela - o sujeito nunca “é” de fato, ele é um sendo. (É)feito e desfeito constantemente. Cada vez que diz (ou não diz) algo, o sujeito se coloca em alguma posição frente ao Outro. São esses lugares discursivos que interessam à psicanálise. Esses lugares mudam, pois o próprio do significante é o seu jogo combinatório, seus deslizamentos; o sujeito, conseqüentemente, aparece e desaparece. Lacan (1998d) chama esse fenômeno de “fading”, ou eclipse do sujeito, que está ligado à hiância que ele sofre por ser subordinado ao significante.

Tendo em vista que o inconsciente são os efeitos do significante sobre o sujeito, que ele é a dimensão em que o sujeito se determina no desenvolvimento dos efeitos da linguagem, deduz-se que, é somente através das marcas formais de um discurso, do enlace entre os significantes, dos lapsos, atos falhos etc, que nos aproximamos do inconsciente. A materialidade lingüística da narrativa de ficção oferece, assim, conforme afirmam Tfouni (1995) e Tfouni e Carreira (1996), a oportunidade de rastreamos o inconsciente e o desejo.

Este estudo situa-se no âmbito do “paradigma indiciário” (Ginzburg, 1989; Tfouni, 1992) que se contrapõe radicalmente às ciências que procuram resultados reproduzíveis e generalizáveis, na medida em que partem do princípio da unicidade do sujeito e da transparência do sentido. Trata-se de um modelo epistemológico assentado no detalhe, em resíduos, indícios. Guia-se, portanto, para a busca de pistas lingüísticas que indiciam os efeitos do inconsciente.

A psicanálise de orientação lacaniana, disciplina indiciária, pôde guiar-nos na busca minuciosa de resíduos, dados marginais reveladores daquilo que é particular a cada sujeito. A questão da representação familiar foi elucidada através da análise da cadeia lingüística das narrativas e da recorrência temática, bem como da estrutura do enredo e da construção dos personagens.

Resultados

Apresentaremos a análise de duas narrativas: a primeira foi produzida por LR. (sexo masculino, 13 anos) e a segunda por S. (sexo feminino, 12 anos).

- **Maria e João**

Trata-se de uma história longa, dotada de passagens confusas em que se encontra uma série de atos falhos e lapsos. Foram feitos alguns recortes, visando focalizar os pontos que mais nos interessam. Esta narrativa foi produzida por LR. em um encontro no qual a pesquisadora havia lido, inicialmente, o conto de fada “Cinderela”. Conclui-se que, embora a sua narrativa seja inspirada no conto de fada “João e Maria”, como veremos a seguir, ela surgiu espontaneamente, sem a eliciação deste conto em questão, que, por sua vez, não foi lido pela pesquisadora ao longo da coleta de dados.

Há, inicialmente, uma discussão curiosa, a respeito do título, ocorrida entre as crianças e a pesquisadora, e que vale a pena comentar. Quando LR. anunciou que contaria a história da Maria e do Joãozinho, as demais crianças

estranharam e insistiram que a história se intitulava “João e Maria”. LR. manteve sua posição: “Maria e João!”. Então, a pesquisadora os questionou: “É! Por que não? Por que que o homem tem que vir primeiro sempre, he-in?”, ao que as crianças responderam gritando: “É!”.

É relevante o fato de o sujeito privilegiar a figura feminina. Certamente não se trata de uma escolha aleatória; entretanto, não se têm elementos suficientes para que se possa formalizar alguma hipótese. Fica a questão: Por que “Maria” irrompe em primeiro lugar? Vamos à história.

(1)

LR: *Era uma vez, né? Era duas, dois moleque, né? Dois moleque. Aí, a mãe deles, a mãe deles tinha morrido, né? Aí, eles, eles morava num... numa casa, num, numa cabana, grandona, né? É casa. Aí, né? Aí... Depois eles... Aí, o pai, a mãe dela, a mãe deles morreu, né? Aí, ela saiu um dia, né? Aí, um dia, né? ... Aí, um dia depois, é... Eles encontraram a, a madrasta, né? Aí, a madrasta queria que ele, que ele, é... que ele mandava o filho dele sumir da, na floresta, né?*

Como vemos, a temática clássica de “João e Maria” é substituída, aqui, pela história de dois irmãos que perderam a mãe. O sujeito repete a questão da morte da mãe mais de uma vez; ou seja, para LR., é preciso frisar esse fato. No trecho: “Aí, ela saiu um dia, né?” não se sabe quem é ela, pois a mãe está morta. Em seguida, nota-se que esse pai casou-se novamente e que a madrasta quer que ele se livre dos filhos. Há uma rejeição muito clara por parte da madrasta. Temos, então, a seguinte família: pai, madrasta e filhos do pai.

Deve ser ressaltado o fato de que essa família mora em uma casa/cabana “grandona”, ou seja, não se trata de uma casa qualquer. Se levarmos em conta o referencial psicanalítico, sabemos que a escolha por esse adjetivo não é casual. O fato de a casa ser grande parece apontar para uma necessidade do sujeito de criar um ambiente mais rico, uma classe social superior a sua. Vê-se, assim, que o significante “grandona” indicia o desejo do sujeito de ter uma vida diferente daquela que tem.

(2)

LR: *Aí, ele foi esperto, né? Aí, ele resolveu í lá conversá, com, com o marido dela. Aí, eles foi lá, pegô umas pedrinha... Pedra pequenininha... pra pô dentro da sacolinha, sacolinha assim... Aí, aí, aí, ela pegô um pedaço de pão e deu pra eles, pra eles comê. Aí, lá na floresta, onde que eles andando ele foi marcando com a pedrinha: Tim! - tacando a pedrinha. Foi ele que foi tacn, tacando. Aí, um dia... Aí, eles ta... Aí, eles, eles vieram pra casa certim, né? Aí, o pai deles falô assim:*

- Ai, meu filho! Ainda bem que cêis vieram! Eu tava preocupado!

Aí, depois a, a, a, a madrasta, né? Aí... fizeram de novo. Fizeram tudo de novo.

- Se esses filho seu... se eles não sumí, eu vô embora! [Tom de voz bravo]

O trecho sublinhado apresenta construções ambíguas. Logo na primeira frase, há uma dificuldade em se saber a quem se refere o pronome masculino: Quem foi esperto? A forma pronominal “ele” se apresenta como anáfora. Mas nesse caso, não há anterior ou posteriormente referentes lingüísticos precisos na cadeia discursiva que se refiram ao pronome “ele”. Supõe-se que se trata de João.

João foi conversar com o marido dela. Novamente, deparamo-nos com uma anáfora. A quem se refere o pronome “dela”? Pode-se pensar que o pronome “ela” se refira à madrasta, e, portanto, “o marido dela” seria o próprio pai deles. Por que o sujeito denomina o pai de “marido dela”? Cabe pensar que, por alguma razão, esse pai não é visto como pai, mas apenas como homem, ou seja, ele cumpre somente as funções de marido, mas não as funções paternas. Por outra via, pode-se pensar que o sujeito se viu às voltas com questões edípicas e se viu impelido a (re)afirmar que o marido da mãe é o pai, e não o filho.

Diante da demanda da madrasta de que os filhos sumam na floresta, o pai não age a favor dos filhos. João conversa com ele e, ainda assim, ele e sua irmã acabam indo para a floresta. Nesse sentido, temos na narrativa a construção da imagem de um pai impotente, incapaz de defender seus filhos. O que confirma a hipótese anterior de que esse pai não se faz pai para os filhos.

No enunciado: “... *aí, ela pegô um pedaço de pão e deu pra eles, pra eles comê*” tampouco, fica claro quem dá pão a Maria e João. Subentende-se que foi a madrasta, o que causa estranheza, já que é justamente ela quem quer que as crianças desapareçam. O que nos leva a crer que há uma lógica do inconsciente por trás do discurso do sujeito, que não é tão facilmente apreendida.

Quando as crianças retornam da floresta à casa, deparamo-nos com uma expressão do pai de contentamento e preocupação: “*Ai, meu filho! Ainda bem que cêis vieram! Eu tava preocupado!*”. É muito provável que o sujeito tenha sido invadido por um desejo que fez com que ele transformasse essa representação de um pai passivo diante da crueldade da madrasta (e conseqüentemente distante dos filhos), em uma representação de um pai amoroso.

Ainda assim, a madrasta ordena novamente que as crianças voltem à floresta e chantageia o pai no velho estilo “ou eles ou eu”. De um lado, temos uma madrasta que quer livrar-se das crianças e, de outro, um pai que é condescendente com isso. Trata-se de uma família em que tanto as funções maternas, quanto as paternas, apresentam-se negligenciadas.

(3)

LR: *Aí, depois ela, ela pegô pão, deu pra eles, aquele...João falô assim:*

- *Maria, não come tudo o pão, não, que nós faiz de migalha. Pra nós vortá pra casa.(...)* *Aí, depois, pegô o pão... Começo tacá, tacá.* *Aí, a Maria falô assim:*

- *Anda logo, João! Vamo pá frente!* [Tom de voz bravo]

Aí, né? Fizeram uma foguera... O pai deles fez uma foguera pá protegê dos bi, dos lobo, que ele... *Aí, depois, ele pegô e fez uma espé, um negócio, um... machadão... um brinquedo.*

Como vemos, a dinâmica da história é muito especial. É nesse trecho que, pela primeira vez, o sujeito nomeia os personagens, ao invés de usar apenas pronomes. Magicamente, valendo-se dos recursos inusitados que a ficção oferece, o sujeito faz com que o pai apareça com os filhos na floresta

como figura heróica e protetora. Agora, encontramos um pai que faz uma fogueira, para defendê-los dos bichos e também constrói um brinquedo. Mais uma vez, o sujeito é tomado pelo desejo de representar esse pai desta forma positiva, visando a reparar, novamente, as faltas anteriormente apontadas em relação ao mesmo.

Após esse episódio, a história continuará sem o pai. Maria e João voltam a ficar sozinhos. Continuam andando pela floresta, mas se perdem, pois as pombinhas comeram as migalhas de pão. Maria estava com fome quando avistou uma casa. Tinha muita comida na casa e eles começaram a quebrar os vidros da janela para poder entrar. Neste momento, surge a bruxa.

(4)

LR: - *Ah! Peguei ocêis!*

Pegô ocê, ela pegô eles, levô lá pá casa deles. *Deu comida pra eles. A Maria, eles comia, eles comia. Bom... Aí, na hora que eles dormia, né? Ficava na casa deles... Aí, depois... Aí... Aí, ela... Aí, ela ia, eles... Pegava o Joãozinho, depois trancô ele na ca, na cadeinha, né? Aí, tinha um gordinho com ele, um gordinho. Comia pá caramba aquele gordinho!*

Notamos que, muitas vezes, o sujeito utiliza os pronomes de tal forma que o sentido entra em deriva, o que produz lacunas de significação que dificultam a interpretação. Um exemplo: “*Pego ocê, ela pegô eles, levô lá pá casa deles*”, essa “casa deles” volta a aparecer depois e não se entende de quem é essa casa.

A história segue. A bruxa acaba comendo o menino gordinho. Depois, passa a almejar João. Toda vez que ela vai verificar se o garoto está engordando, este lhe mostra um osso, e a bruxa se decepciona. Um dia, cansada de esperar, decide comê-lo.

(5)

LR: - *Tá magro! Vem cá! Eu vô te comê hoje assim memo!*

Pegô ele assim... Na hora que foi comê, ela, a Maria preparô pra ela o caldeirão. Pegô... Ela falô:

- Maria, vê aí dentro. Vê se tá quente.

- Ah! Deve tá quente já!

- Ah, tem que vê, menina!

Olhô assim. A Maria empurrô ela lá dentro. Trancô a porta e: Tcha! Tcha! Pegô a coisa, a... o pau dela. Aí, ficô assando: Tuf! Aí, ela virô a, a massa. Aí, tudo os moleque virô normal. Aí, ela tirô o João. Aí, ela achô a mãe dela, a madrasta dela era a bruxa. Aí, ela morreu. Aí, encontraram o pai deles. Aí, eles abraçaram...

Nessa narrativa, podemos fazer elucubrações interessantes acerca da figura materna. Inicialmente, há uma ausência da mãe, a mãe está morta. Em um segundo momento, há uma madrasta associada à figura da bruxa, que se caracteriza por rejeitar as crianças. E, por último, há um reencontro com a mãe.

Vale relacionar esses três momentos da história com os três tempos lógicos do complexo de Édipo propostos por Lacan (1999). A princípio, temos uma mãe que é tudo para a criança, reina um estado de união plena entre ambos. Essa mãe maravilhosa está morta e em seu lugar impera a madrasta má, que é necessária em um segundo momento, para que o garoto se liberte do visgo da mãe. Quer dizer, a mãe tem que ser vista como bruxa para que o garoto possa se desligar dela e se identificar a partir de uma posição masculina. Para crescer, ele deve vencer a bruxa. Ao vencê-la, a mãe pode voltar, pois o garoto já não é o mesmo. Parece que o sujeito construiu, com a narrativa, uma metáfora da adolescência.

Em relação à figura paterna, como já foi citado acima, vemos, ora um pai fracassado, ora um pai protetor. Suspeitamos que esse jogo de representações da figura paterna esteja, também, perpassado pelos desejos desse sujeito.

O desfecho da história supre todas as carências de forma fantástica. João e Maria reencontram a mãe e o pai, a família se une novamente e ficam felizes. O fato de que eles se abraçam indica a ocorrência de relações afetuosas entre os membros da família. Esse modelo familiar, tão “bem sucedido”, serve para tamponar aquilo que falta ao sujeito, uma espécie de ilusão que lhe traz benefícios.

A seguir, passaremos para a análise da segunda narrativa.

- Triste Helena

Esta narrativa foi produzida por S. (sexo feminino, 12 anos). Tal como fizemos com “Maria e João”, apresentaremos, aqui, recortes significativos em termos do funcionamento lingüístico-discursivo. Esta narrativa foi produzida por S. em um encontro no qual a pesquisadora havia lido, inicialmente, a história do “Pinóquio”.

(1)

S: Era uma vez, né? Uma menininha, era... ela era pequena, ela era, ela brincava bastante. Ela ficava, vivia sempre rindo. Depois, quando ela cresceu, ninguém mais queria ligá pra ela... todo mundo rejeitava ela... Então, ela resolveu fugi. É, ela foi pra casa duma... duma tia dela muito, muito longe da casa dela. Chego lá, ela era muito ruim. Só xingava ela, mandava fazê o serviço, fazê as coisa pesada, lavá a roupa, fazê um monte de coisa. Mandava ela i, i buscá fruta muito longe, pescá peixe nos rios, sendo que ela não sabia nadá... Daí, chego um dia, né, que ela pegô e falô assim... É... a, a tia dela chamava... é... Tereza.

O título da narrativa anuncia francamente o fato de que temos em vista uma personagem triste. A história começa remetendo-nos ao período da primeira infância de Helena, quando reinava a felicidade. Quando ela cresce, tudo muda. Decide buscar abrigo com uma tia que vive, não casualmente, muito longe de sua casa. No entanto, tia Tereza a maltrata ainda mais.

Apesar da problemática familiar não se explicitar, subentende-se que há um conflito entre a personagem e sua família. Não existe referência específica em relação ao período em que a personagem cresce. Ainda assim, arriscamo-nos a dizer que esse “todo mundo” que rejeitava Helena refere-se aos pais dela e que a dureza dessa experiência faz com que ela vá morar com uma parente.

A família que nos é, de fato, apresentada, é formada por uma tia e sobrinha. Embora o material analisado sobre as famílias de crianças de rua apresentem poucos dados acerca desse tipo de organização familiar, sabe-se que, de maneira geral, as famílias de classes populares estão em constante

movimento, sempre se (re)estruturando e (re)organizando, em função da necessidade de sobrevivência (Bilac, 1991). Logo, essas famílias vivem sob o fado da instabilidade. Conseqüentemente, somos levados a crer que S. se valeu desse modelo decorrente do imaginário social, para falar daquilo que a toca, de seu desejo, no que se refere ao seu lugar de filha.

Tia Tereza explora a força de trabalho da menina. Podemos pensar que essa construção da história do sujeito associa-se à vivência de crianças carentes que, usualmente, são obrigadas a colaborar na execução das tarefas domésticas. Muitas dessas crianças também começam a trabalhar cedo, para incrementar o orçamento familiar. Assim, a criança mais pobre, desde muito cedo, é levada a enfrentar a realidade do trabalho, do ambiente doméstico e/ou das ruas (Alves-Mazzotti, 1996). Do ponto de vista da subjetividade, está claro que o sujeito se vê e se coloca em uma posição de objeto de gozo desse outro/Outro.

A narrativa prossegue com diálogos em que Helena se queixa do excesso de trabalho e a tia permanece insensível.

(2)

S: Daí, ela pegô, fazia o serviço... Daí, chegô um dia, que ela, que ela... ela pegô um monte de coisa da tia dela, abriu o guarda-roupa da tia dela, descobriu que a tia dela era uma bruxa.

Em seguida, a personagem da suposta tia lhe confirma o fato de que é uma bruxa, que matou a tia verdadeira de Helena, e ocupou sua casa. Em seguida, diz que terá que matá-la também. A garota sai correndo e se joga no mar, desejando transformar-se em uma sereia.

(3)

S: Daí, ela pegô, caiu no mar. Daí, na hora que ela acabo de pulá, ela tinha virado uma sereia. Depois, mais no fundo assim, ela encontrô a... a tia verdadeira. A tia dela também era uma sereia. Fico com a tia dela e é...a tia dela era muito rica no mar, ela...Daí, ela ficô com a tia dela e ficô feliz...

O desfecho fantástico é interessante. É possível que o sujeito, incomodado com tamanha tristeza de Helena, tenha sido tomado pelo desejo de

criar um final feliz. É apenas no mar que nossa personagem encontra a felicidade, o que dá a idéia de que o sentimento de amparo só se dá no sonho e não no dia a dia. A verdadeira tia com quem a personagem se identifica (ambas são sereias) tem um atributo significativo: é muito rica. É até plausível que pensemos que um dos ideais do sujeito seja o de ser uma mulher rica. Portanto, a idealização construída pelo sujeito é necessária para compensar o sofrimento de uma experiência de pobreza material e afetiva.

Para finalizar, vale dizer que a narrativa apresenta duas direções. De um lado, na quase totalidade da história, há uma caracterização da experiência das relações familiares e de uma visão de mundo bem marcada pela realidade social da qual provém o sujeito. Por outro lado, entretanto, no final da história, o sujeito deixa transbordar seu anseio, seu desejo, por uma vida diferente, em que fosse rico e supostamente amado por sua “tia”.

Discussão

Ao narrar suas histórias, esses sujeitos puderam elaborar uma estrutura particular de família e dizer dos lugares que ocupam, simbolicamente, dentro da mesma, enquanto crianças e adolescentes de rua. A representação da família não era algo que estava pronto *a priori* em um reservatório mental, no qual bastava pinçá-la e reproduzi-la. Está claro que as experiências familiares vividas por cada um deixam marcas psíquicas que podem ser resgatadas através dessas histórias; no entanto, não constituem um molde pré-estabelecido que é apenas transposto ao universo ficcional. O que emerge ao longo do discurso é algo novo, marcado por deslizamentos de significantes que instituem na cadeia pontos de deriva de sentido, por onde o sujeito do inconsciente emerge.

Em geral, as narrativas se mostraram fortemente marcadas por elementos associados à organização familiar de crianças de rua, conforme é descrita pela literatura. Nessas histórias, a estrutura familiar caracteriza-se por uma certa instabilidade. Está claro que essas referências não constituem um retrato fiel da realidade vivida pelas famílias de crianças e adolescentes

de rua, são apenas um recurso para falar de si. A ponte que fazem com o imaginário social é somente um instrumento para a produção de seus mitos individuais.

Da mesma forma, é bastante significativa a presença de idealizações nas narrativas. O que parece caracterizar todas as narrativas é a ocorrência de um jogo entre o empírico e o idealizado, que se organiza da seguinte forma: lado a lado com a representação de uma família desestruturada (figuras parentais ausentes, rearranjos familiares, pais negligentes) aparece uma idealização de família unida e feliz.

A realidade está sempre perpassada pelo imaginário, como apontou Lacan (1985): “... a pouca realidade (...) faz com que tudo o que nos é permitido abordar de realidade reste enraizado na fantasia” (p. 127). O objetivo não é buscar discriminar a realidade da fantasia, mas perceber que, de uma maneira ou de outra, a subjetividade sempre vem à tona. Assim, a interpretação é um deciframento do inconsciente e não um esforço exaustivo de ancoramento com a realidade.

As idealizações produzidas pelas crianças e adolescentes de rua parecem ocupar um estatuto de suplência. Servem a uma função de tamponamento das faltas e visam a compensar as falhas. Algo da ordem do desejo irrompe nesses sujeitos e faz com que eles criem, com astúcia, soluções maravilhosas, especialmente nos desfechos das narrativas, que se sobrepõem a uma ausência, necessidade ou demanda.

Assim, o discurso narrativo promoveu às crianças e aos adolescentes de rua a possibilidade de organizar, ora por meio dos modelos de organização familiar existentes na sociedade, ora por meio de idealizações, suas simbolizações singulares sobre o que é uma família. Guiados pelo desejo, por aquilo que fundamentalmente lhes falta, puderam dizer da família e do lugar de filho ao qual se identificam. Muitas vezes foi através de metáforas que isto foi possível. Os lapsos e atos falhos também apontavam para a verdade de cada sujeito.

Lacan (1995) afirma que a verdade tem uma estrutura de ficção. É na ficção que existe a possibilidade de se esbarrar na verdade, e esta só pode ser

enunciada através da mentira, ou de uma articulação mítica. É oportuno, aqui, utilizarmos o neologismo “fixão” para dizer que a verdade é fixa e nunca é plenamente recoberta (é residual). A narrativa de ficção alude à verdade do sujeito, ainda que este não tenha consciência disso. Se a intenção consciente de cada criança e adolescente não é falar de si, e ainda assim, eles acabam falando, a verdade da qual o sujeito não escapa é a de seu assujeitamento à linguagem.

Da mesma forma como o sonho, em si, já é uma interpretação do inconsciente, essas narrativas também o são. Muito mais do que qualquer argumentação aqui apresentada, as histórias falam por si próprias. (CNPq, PIBIC).

Tfouni, L. V., & Moraes, J. (2003). Family as Narrated by Homeless Children and Adolescents: Fiction as Support for Desire. *Psicologia USP, 14*(1), 65-84.

Abstract: This study aims at investigating the family representation in oral fiction narratives produced by one child and one adolescent, both homeless. Lacan-oriented psychoanalysis served as a theoretical perspective for the analysis. Moreover, the fiction narrative discourse is considered to be configured as a privileged locus for the emergence of subjectivity. Particularly in this modality of discourse, the subject truth breaks out *in absence*; one talks about himself because he cannot escape his dependence upon the language. What seems to distinguish these narratives is the emergence of a relationship between what is empirical and what is idealized. Along with the representation of a disarranged family (absent parent figures, reassembles, neglectful parents), comes the representation of a happy united family. It can be concluded that through fiction these subjects organized their private simbolization of what a family is, guided essentially by desire.

Index terms: Subjectivity. Mental representation in children. Family structure. Homeless children.

Tfouni, L. V., & Moraes, J. (2003). La Famille Racontée par des Enfants et des Adolescents de la Rue : la Fiction Comme Support du Désir. *Psicologia USP*, 14(1), 65-84.

Résumé: En se basant sur la perspective théorique fournie par la psychanalyse d'orientation lacanienne, on cherche à étudier la représentation de la famille à partir de narrations orales fictives produites par un enfant et un adolescent de la rue. On part du principe que le discours narratif se configure comme locus privilégié dans l'installation de la subjectivité. Dans le discours narratif fictif, spécialement, la vérité du sujet jaillit à son insu : il finit par parler de lui, car il ne peut échapper à son assujettissement au langage. Ce qui paraît caractériser les narrations, c'est l'émergence d'un jeu entre l'empirique et l'idéalisé, qui s'organise ainsi : côte à côte avec la représentation d'une famille déstructurée (figures parentales absentes, familles recomposées, parents négligents), apparaît la représentation d'une famille unie et heureuse. On conclut que, au moyen de la fiction, ils organisent leur symbolisation particulière sur ce qu'est une famille, guidés fondamentalement par le désir.

Mots-clés: *Subjectivité. Représentation mentale chez les enfants. Structure familiale. Enfants des rues.*

Referências

- Alves-Mazzotti, A. J. (1996). Meninos de rua e meninos da rua: Estrutura e dinâmica familiar. In A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 117-130). São Paulo: Cortez.
- Bilac, E. D. (1991). Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciência Hoje*, 71-85.
- Cesarotto, O. (1995). *Contra natura: Ensaio de psicanálise e antropologia surreal*. São Paulo: Iluminuras.
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história* (pp. 143-179). São Paulo: Companhia das Letras.

- Labov, W., & Waletzky, J. (1967). Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In J. Helm (Ed.), *Essays on the verbal and visual arts* (pp. 12-44). Seattle: University of Washington Press.
- Lacan, J. (1985). *O seminário: Livro 20: Mais, ainda* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1995). *O seminário: Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998a). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998c). *O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998d). A subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O seminário: Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lispector, C. (1998). *A paixão segundo G.H.* São Paulo: Rocco.
- Moraes, J. (1999). *A representação da estrutura familiar em narrativas produzidas por meninos de rua*. Monografia de Bacharelado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Perroni, M. C. (1992). *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Saussure, F. (1995). *Curso de lingüística geral* (20a ed.). São Paulo: Cultrix.
- Tfouni, L. V. (1992). O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. *Delta*, 8(2), 205-223.
- Tfouni, L. V. (1995). *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez.
- Tfouni, L. V., & Carreira, A. F. (1996). Narrativas de crianças de rua brasileiras: Uma forma de falar de si mesmo. *Cadernos de Pesquisa – NEP: Revista do Núcleo de Estudos Psicológicos da UNICAMP*, 2(2), 1-12.

Recebido em 07.08.2001
Modificado em 01.04.2003
Aceito em 28.04.2003